

GRAZIELI CHIROSSE BATISTA*

“Mulheres negras são como mantas Kevlar

Preparadas pela vida para suportar:

O racismo, os tiros, o eurocentrismo

Abalam mas não deixam nossos neurônios cativos.”

Eduardo (Facção Central) e Yzalú

O presente ensaio tem como objetivo refletir sobre a obra da escritora Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (JESUS, 1997)¹, enquanto produção sobre a vivência da autora entre os anos 1955 e 1960, na favela do Canindé, cidade de São Paulo. Com base nas conceituações sobre literatura de testemunho e “*testimonio*”, esse texto buscará refletir sobre o papel da literatura marginal da escritora dentro do enquadre testemunhal, levantando apontamentos e reflexões possíveis referentes à leitura do diário de Jesus – obra de testemunho de sua vivência como mulher, negra, mãe solteira de três filhos, catadora de papel, moradora de favela – enquanto experiência traumática.

Para tal, serão utilizadas as análises de Márcio Seligmann-Silva (SELIGMANN-SILVA, 2005: 71-98) e Jaime Ginzburg (GINZBURG, 2010: 61-66) sobre forma literária *testimonio* e sua inserção na literatura latino-americana a partir dos anos 1960 como forma narrativa de eventos traumáticos, relacionada a crimes contra a humanidade. Com um dos principais paradigmas dessa produção sendo o Holocausto; na América Latina esse tipo de literatura irá se relacionar com os textos que narram os crimes cometidos nos regimes ditatoriais presentes na região entre as décadas de 1960 e 1990. Para além dos períodos antidemocráticos, o *testimonio* também está relacionado a produção literária dos historicamente oprimidos: ex-colonizados, negros e negras, mulheres, homossexuais e transexuais. Ou seja, dar voz às narrativas caladas pelos opressores históricos, ao revés da história hegemônica. Para compreensão do trauma perpetrado pelo racismo institucional vivido pelos negros e negras no Brasil será utilizado estudo de psicologia social do racismo

* *Grazieli Chirose Batista é graduada em História e mestranda do programa Humanidades, direitos e outras legitimidades pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

¹ Advertência: Todas as citações de Carolina Maria de Jesus transcritas neste trabalho respeitam rigorosamente o padrão ortográfico da autora, tal como impresso na edição utilizada nesse trabalho.



que aborda seus efeitos traumáticos de Eliane Silva Costa em: *Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira* (COSTA, 2012). Será examinado dentro da narrativa, a experiência traumática originada pela condição social e racial da autora, produtora de violências físicas e psicológicas.

Literatura e memória - *Testimonio*

A forma literária de testemunho recebe maior notoriedade na segunda metade do século XX; se por um lado a noção é pensada a partir das experiências históricas ligadas à Segunda Guerra mundial e ao Holocausto – no âmbito europeu e norte-americano – por outro lado, o gênero literário emerge na América Latina na década de 1960 relacionado à exploração econômica, governos ditatoriais e repressão às minorias. Em ambos casos, essas produções estão ligadas a construção de memórias antiautoritárias e contra hegemônicas, com a emergência de narrativas dos que sofreram violações e violências ligadas a crimes contra a humanidade e perpetradas pelo Estado. Consolida-se na década de 1970, com o prêmio literário da Casa das Américas de Cuba (1969), o gênero *testimonio*. Para Jaime Ginzburg

O estudo do testemunho exige uma concepção da linguagem como campo associado ao trauma. A escrita não é aqui lugar dedicado ao ócio ou ao comportamento lúdico, mas ao contato com o sofrimento e seus fundamentos, por mais que sejam, muitas vezes obscuros e repugnantes. O século XX se estabeleceu como tempo propício para testemunho, em virtude da enorme presença das guerras e dos genocídios. Para o sujeito da enunciação do testemunho, entre o impacto da catástrofe e os recursos expressivos, pode haver um abismo intransponível, de modo que toda formulação pode ser imprecisa ou insuficiente. (GINZBURG, 2010: 63)

A conformação desse gênero está inserida em debates sobre história, memória e literatura; ao rejeitar a “arte pela arte” e reivindicar uma conexão com o mundo extraliterário, emerge debates referentes a aproximação entre literatura e história. Elementos como a veracidade dos eventos narrados, as (im)possibilidades de narrar momentos traumáticos, as (im)possibilidades de produzir arte após as catástrofes perpetradas pela humanidade passam a ser questionados dentro dessa produção. Para alguns, eleva-se a importância dos testemunhos com surgimento da narrativa de grupos historicamente silenciados realizando frente à história hegemônica– “uma responsabilidade social pelo passado” como afirma James Hatley. Seria possível elevar a memória ao confronto com a história? Por mais que para alguns estudiosos

do tema, haja aproximação entre história e literatura nas produções de testemunho, inclusive enquanto exigência do próprio prêmio da Casa das Américas de Cuba, que além da qualidade literária, prezava a veracidade factual das obras, ou seja, ser construído entre a memória individual e a história – em uma zona de fronteira (ENDO, 2008: 70-74). Já para Beatriz Sarlo é preciso ficar atento a veracidade e a interpretação histórica do testemunho. Se “a narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer, mas a de sua lembrança”, a história narrada estaria mais próxima a uma subjetividade da pessoa que testemunha, do que da interpretação histórica – não haveria relato capaz de dar unidade ao eu, ou valor de verdade empírico. (SARLO, 2007: 23-68)

Este ensaio, entretanto, se restringirá a refletir a obra de Carolina Maria de Jesus enquanto produção literária do trauma a partir das violências e violações sofrida pela escritora, não se aprofundando na discussão ao entorno do gênero. Consideramos aqui a desumanização provocada pela miséria, a marginalização do coletivo de pessoas (moradores da favela) pelo coletivo maior (moradores da cidade), o descaso do poder público e o racismo institucional e social. Para Fernanda Rodrigues de Miranda:

A prática literária é articulada à própria experiência do espaço periférico, o que torna esta produção, antes de repertório de técnicas literárias, ferramenta para entendimento e a organização social: uma estratégia que rompe a compreensão da literatura apenas como bem espiritual, fonte de ilustração e prazer desinteressado. Nesse sentido, as reverberações ultrapassam o campo do estético, visto que a literatura é significada também como uma forma de articular a experiência de morar na periferia. (MIRANDA, 2013: 17)

Primeiramente, é importante pontuar o lugar de fala da Carolina Maria de Jesus, para compreensão da voz narrativa: mulher, negra, moradora da primeira favela de São Paulo, Carolina era mãe solteira de três crianças, catadora de papel e metais para sustento do barraco e de sua família, tinha grande prazer na leitura e na escrita. Saiu de sua cidade natal, Sacramento (no Triângulo mineiro) e foi migrando de cidade a cidade, assumindo empregos, desde doméstica à artista de circo, até se instalar na favela do Canindé. Escreveu sobre sua vivência e relações sociais dentro da favela, expondo as violências cotidianas a que ela, seus filhos e os vizinhos perpetravam e/ou sofriam (MEIHY, 1998: 82-91). Nas palavras Miranda: “Isto é, sua narrativa traz o cotidiano periférico não somente como tema, mas como maneira de olha a si e a cidade.” (MIRANDA, 2013: 16) Dos vinte cadernos escrito por Carolina, o

jornalista Audálio Dantas os editou compilando a narrativa em um recorte temporal de 15 de julho de 1955 ao primeiro de janeiro de 1960; a primeira edição do livro foi lançada em agosto do mesmo ano.

Dentre as problemáticas relacionadas ao testemunho, podemos destacar a impossibilidades da transmissão da experiência (SARLO, 2007); Carolina escreve sobre a distância entre vivenciar e ter conhecimento sobre: “Quem não conhece a fome há de dizer: ‘Quem escreve isto está louco’. Mas quem passa fome há de dizer: - Muito bem Carolina. Os gêneros alimentícios deve ser ao alcance de todos” (JESUS, 1997: 39). Compreendendo que a importância do testemunho encontra-se não apenas em escreve-lo, mas em transmiti-lo, ou seja, que exista um receptor da obra; aqueles que a leem não terão a amplitude da experiência e do trauma, contudo, além da importância social do conhecimento do evento pelo viés de quem o vivenciou, há a importância daquele que conta saber que alguém o lê.

Em diversos momentos da narrativa, Carolina posiciona a importância da escrita para sua vida, apontando os anseios da publicação; se por muitas vezes o desejo de morte aparece em seu texto, a dedicação à escrita e o desejo da publicação é colocado pela autora como fonte de sanidade e motivação para vida – escrever é um ato para fazer parte do mundo, para se inscrever na existência. Dada a desumanização imposta por sua condição social, a auto concepção de dejetos dispensado no ‘quarto de despejo’, tratado pelo ‘palacio’ (como Carolina se referia a cidade) como animal ou ‘objeto de desuso’; a escrita para autora era um ato de afirmação enquanto ser.

Fome, marginalização e racismo

Há três aspectos a serem destacados enquanto produtores de traumas: a fome, a relação do Estado com a condição social marginalizada e o racismo. A favela enquanto espaço de produção e reprodução de violências, alvejada internamente e externamente, é vista como um ambiente de degradação do ser humano:

As vezes mudam algumas famílias para a favela, com crianças. No início são educadas, amáveis. Dias depois usam o calão são soezes e repugnantes. São diamantes que transformam em chumbo. Transformam-se em objetos que estavam na sala de visitas e foram para o quarto de despejo. (JESUS, 1997: 39)

A morte aparece como tema frequente no diário, seja como desejo, temor ou convívio. Constantemente faleciam pessoas ao entorno de Carolina: por doença, fome, briga ou por não aguentar a vida na miséria urbana. O que aumentava o seu desespero da vida e da morte, por si e por seus filhos; vários são os dias que descreve o amanhecer como a pior parte dele, por não saber se conseguirá alimento naquele dia; irritada ou desacreditada, havia dias que desejava a morte, outros que a temia.

De manhã estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer. (JESUS, 1997: 50)

Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro e saio correndo sem parar até cair inconsciente. É que hoje amanhecer chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. (JESUS, 1997: 46)

Li que uma senhora e três filhos haviam se suicidado por encontrar dificuldade de viver (...) A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo. (...) Pobre mulher! Quem sabe se de há muito ela não vem pensando em eliminar-se, por que as mães tem muita dó dos filhos. Mas é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se por que passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia: - Mãe eu quero pão! Mamãe eu to com fome! (JESUS, 1997: 63-64)

Sentia a dor física da fome e as enfermidades que a falta de alimento lhe causava; a morte, nestes momentos não era um temor ou um desejo distante, mas uma possibilidade constante. A banalização da vida nesses termos tornava a possibilidade de uma vida ‘humana’, um delírio, um sonho. “O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir em uma casa confortável, mas não é possível.” (JESUS, 1997: 22)

Costa retoma a teoria freudiana de constituição do ego a partir dos processos de identificação dos sujeitos de pertencer a um grupo, permitindo assim reconhecer em características que observa no outro o que deseja pra si; esse processo, por conseguinte, embasaria os vínculos sociais constituindo o ideal comum de uma família, uma classe ou uma nação. Fundamentando-se na teoria de malhagem dos vínculos psíquicos de Benghozi, o intuito da autora é compreender construção da identidade social dos negros e negras no Brasil. Para o autor, o continente genealógico é formado pelo arranjo entre os vínculos psíquicos – filiação e afiliação, formando uma malha que é reconfigurada a cada perda ou ganho de novo vínculo.

O primeiro[filiação] é vínculo vertical, diacrônico e liga genealógicamente os sujeitos aos seus ascendentes e descendentes. Do ancestral fundador mítico aos avós, pais, filhos e descendentes que ainda não nasceram. Ele refere-se a uma “construção psíquica sustentada na base do real biológico da filiação.” (Benghozi & Féres-Carneiro, 2001, p. 113) Já o vínculo psíquico de afiliação é horizontal, sincrônico e diz respeito ao pertencimento do sujeito a um casal, a um grupo, a uma instituição e a uma comunidade. É um vínculo psíquico, sustentado na realidade sociológica da inscrição no espaço grupal social (COSTA, 2013: 124)

A ruptura traumática dos vínculos pode acontecer decorrente de situações como ataque violento ao sujeito, ao seu grupo e à condição humana. Essa ruptura pode ocorrer em cada vínculo ou nos dois, ocasionando o esgarçamento da malhagem que constitui o continente genealógico. Em decorrência, é possível o desencadeamento de traumas psicológicos e sociais.

Forma-se, portanto, uma fissura na criação de vínculos sociais e na constituição de um sentimento de pertença ao Estado. Carolina, ao considerar-se objeto de desuso jogado no ‘quarto de despejo’ pelo Estado e outros cidadãos, e rejeitar a pertencer ao grupo dos favelados, pode possuir uma criação de elos deficitária ou ausente. A crença do dever do Estado em assistir aos que vivem em situações miseráveis (“Espero que os políticos estingue as favelas” [JESUS, 1997: 20]), com a sua omissão, transforma-se em descrença, personificado em ódio aos governadores e presidentes:

Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos. (JESUS, 1997: 33)

O que o senhor Juscelino tem de aproveitável é a voz. Parece um sabiá e a sua voz é agradável aos ouvidos. E agora, o sabiá está residindo na gaiola de ouro que é o Catete. Cuidado sabiá, para não perder esta gaiola, porque os gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gatos. Tem fome. (JESUS, 1997: 36)

Costa e Benghozi argumentam, que o escravismo pode ser considerado um ataque violento a esses vínculos; o traumatismo de um crime contra a humanidade dessa amplitude, torna-se um legado para gerações seguintes. A imposição da desmalhagem, tanto no nível de filiação quanto de afiliação, ocorreria, portanto, com a escravização dos africanos, proibição das culturas de matrizes africanas, queima dos arquivos referente ao escravismo brasileiro e persistência do racismo moderno. O autor afirma que esse traumatismo torna-se uma herança

para gerações futuras. Por exemplo, a negação da negritude pode ser uma das consequências desse trauma, como podemos perceber na filha de Carolina, Vera Eunice: “Ela sorriu e disse-me: que está contente comigo e não vai comprar uma mãe branca” (JESUS, 1997: 68)

O racismo, por assim dizer, estrutura o Estado brasileiro. Ele é um dos principais organizadores das desigualdades materiais e simbólicas vivida pelo povo brasileiro. Ele estrutura as condições e possibilidades de trabalho, de estudo, de vínculo (incluindo o casamento e os vínculos amistosos), de liberdade, de lugar (ou não lugar) onde morar, a forma de morrer, etc. Afeta a possibilidade de os negros garantirem o presente, planejarem o futuro, realizarem sonhos, satisfazerem necessidades. (COSTA, 2012: 16)

Apesar de Carolina orgulha-se da sua cor, ela demarca diversas situações que as suas possibilidades de trabalho são tolhidas por sujeitos exógenos como nas duas situações a seguir: “Nunca vi uma preta gostar tanto de livros quanto você” (JESUS, 1997: 27) e “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta.” (JESUS, 1997: 65) Como já mencionado, a escrita era o que a inscrevia na existência do eu; o racismo buscava constantemente deslegitima-la enquanto pessoa ao contestar suas habilidades ligadas a condição humana, inserindo-a em um *status* social do não-ser. A condição social da autora se entrelaça com a racial, formando uma teia condicionante dos traumas: o racismo limita as possibilidades de alterações das desigualdades materiais e simbólicas, perpetuando miséria e fornecendo continuidade às situações traumáticas.

Para muitos críticos e estudiosos da literatura de testemunho, o Holocausto alemão aparece como referência central; na produção latino-americana são os crimes e violações perpetradas pelos governos ditatoriais aos militantes contrários aos regimes. A produção crítica e literária sobre relatos das vivências marginais – periferias urbanas, camponeses, negros e negras, mulheres, homossexuais e transexuais – ainda é um campo a ser explorado enquanto produtos de situações traumáticas. É inegável que a tortura física e psicológica, os campos de concentração e a supressão dos direitos em períodos antidemocráticos provoquem traumas, assim como a importância do reconhecimento desses eventos e a visão daqueles que sofreram, tendo em vista que a história hegemônica tende a ocultar as violências perpetradas pelos Estados.

Todavia, é importante reconhecimento das violências das democracias. Um Estado que é estruturado no racismo, perpetua violações a condição humana. A obra de Carolina Maria de Jesus, uma das primeiras narrativas marginais a ter grande amplitude de público – sendo traduzida em treze línguas e tiragem inicial de trinta mil exemplares na década de 1960 – possui grande importância enquanto relato da vida na miséria urbana. Uma existência marcada por traumas recorrentes da fome, violência, miséria e racismo. A perda e a morte, a falta de perspectiva na construção de um futuro, a negação da existência, a reificação do ser em objeto no “quarto de despejo” – torna necessário o olhar mais atento às narrativas que deflagram o que é ignorado por nós, que residimos no ‘palacio’. Se as experiências em campos de concentração são inenarráveis mas, ainda assim, imprescindível para que não se repita mais; também o é o racismo e a miséria urbana perpetrado pelo Estado democrático.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Eliane Silva. *Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ENDO, Paulo. Partilha, testemunho e formas contemporâneas do excessivo. *Psicanálise e cultura*. São Paulo, 2008, 31(47), pp. 70-74

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Conexões Letras* V. 3, 2010, p. 61-66

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 9ª ed. – São Paulo: Ática, 1997

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio*. Revista USP, São Paulo (37) p. 82-91. Março/Maio 1998

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia letras e ciências humanas, 2013



SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: O tempo depois da catástrofe. *Proj. História*, São Paulo, (30), p. 71-98, jun. 2005

SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. *IN: Tempo passado, Cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire d' Aguiar. Companhia das Letras e UFMG. Belo Horizonte, 2007. Pp. 23-68.